

RECONFIGURAÇÕES DA GESTÃO LOCAL FACE A DINÂMICA METROPOLITANA:

O Caso do Rio de Janeiro

*Floriano José Godinho de Oliveira*¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nos últimos anos, temos observado mudanças importantes nos processos sociais que intervêm na gestão e organização dos territórios², onde destacam-se as ações dos sujeitos que atuam na esfera local. Acreditamos, assim, que estão em curso processos que alteram as relações históricas que organizam o território e as formas de organização das atividades produtivas, permitindo mudanças de ordem econômica, política, social e cultural importantes na produção contemporânea do espaço. Obviamente, não é um movimento isolado. Sobre este movimento atuam determinações originadas em diferentes escalas, desde alterações nas formas e relações sociais de ordem local, até determinações geradas nas diferentes escalas regionais, bem como nas nacional e mundial. O efeito mais visível deste processo, por enquanto, se expressa mais pelas alterações na organização do sistema produtivo em termos locais.

Com essas considerações iniciais pretendemos dizer que este trabalho buscará dar uma contribuição ao debate sobre produção social do espaço³, na face histórica que esta adquire no movimento recente de reestruturação socio-espacial, e cuja análise acreditamos ser possível a partir da investigação dos processos contemporâneos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). No desenvolvimento do trabalho, procuraremos identificar as ações dos sujeitos sociais que organizam/atuam nos territórios e trabalhar os aspectos econômicos, sociais e políticos aí envolvidos. Nossa perspectiva é de apreendermos as ações, inter-relações e sentidos dados às *novas* territorialidades, considerando, como elemento constituinte desta totalidade, os movimentos do capital na tentativa de (re)incorporar o território em seu processo permanente de reprodução, promovendo alterações na produção contemporânea do espaço.

¹ O autor é professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Geografia Humana na FFLCH da Universidade de São Paulo.

² Compreendemos o território como um espaço onde há um campo de forças políticas buscando definir seu uso e sobre ele estabelecendo seu domínio e poder, sendo o próprio Estado parte constituinte deste campo.

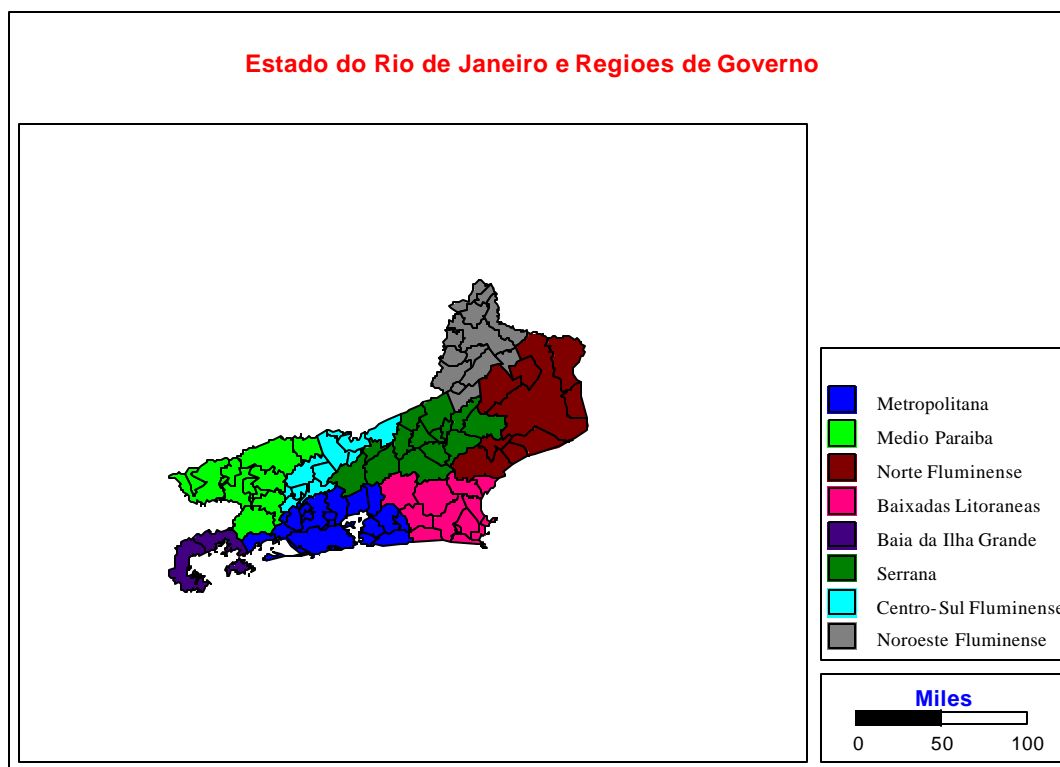
³ *Espaço social* será compreendido, neste trabalho, tal como o define Lefebvre, como resultando das relações sociais de produção, ou seja, o espaço não como suporte das relações, mas sim, ele próprio, resultado das relações sociais. (Lefebvre, 1976).

É importante frisar, deste já, que este movimento, ainda que de forma lenta, também indicia um processo que, pela primeira vez após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, contribui para diminuir o quadro de intensa centralidade urbano-industrial, em termos de população, de recursos e de atividades, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial de seu núcleo, a cidade do Rio de Janeiro. Não se trata, aparentemente, de uma reversão da polarização e da centralização das atividades e recursos exercida pela RMRJ sobre os demais espaços no território fluminense. Mas, acreditamos que há um maior dinamismo, nas demais regiões do estado, que poderá reestruturar aqueles espaços e, conseqüentemente, contribuir também na reestruturação do espaço metropolitano.

Aqui, cabe apresentar um pressuposto sobre o qual se assenta este trabalho. O objetivo do estudo tem seu foco em mudanças e permanências locais, mudanças e permanências que perpassam a economia, a política, as instituições, a sociedade e a organização territorial nos municípios da RMRJ. No entanto, há o reconhecimento prévio de que os movimentos porventura observados no nível local, ainda que marcados por especificidades, expressam não uma suposta organização local *em si*, mas as relações dinâmicas entre o local e outras escalas da organização da economia, da política, das instituições, da sociedade e do território. Ou seja, os processos locais são diretamente resultantes tanto de um movimento social mais amplo, originado na escala internacional, frente aos efeitos de reestruturação urbano-industrial promovida mais intensamente a partir dos anos 70, quanto de uma reapropriação local destas mudanças, promovendo a reorganização das formas de produção do espaço.

A representação espacial e estrutura econômica do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro, atualmente conta com 91 municípios, que são agrupados pelo governo do estado, para efeito político-administrativo, em oito Regiões de Governo. Nestas regiões de governo, também é considerada e reconhecida, como importante forma de agrupamento dos municípios do estado, a divisão em Microrregiões Geográficas, proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como forma de um maior detalhamento das características físicas, econômicas, sociais e culturais dos municípios. Neste sentido, como uma primeira aproximação dos recortes político-territoriais no estado, temos, como mostra o Mapa 1, a composição das oito Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro.



Mapa 1

Fonte: Malha censitária 1997, IBGE. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, CIDE, 1998.

Em termos de estrutura econômica, o Estado do Rio de Janeiro depois de amargar, em especial na década de 80, um intenso processo de decadência econômica nos diferentes ramos industriais e financeiros, com perdas sucessivas na capacidade de produção em diversos setores de atividades historicamente estruturantes de sua economia, volta a apresentar indicadores de recuperação econômica, principalmente a partir de 1994. Para ilustrar esse quadro de decadência, basta lembrarmos que a participação relativa do estado no PIB real do Brasil caiu de 12,78%, em 1985, para 10,98% em 1990, e que a *renda per capita* sofreu redução de 9,2% no período 1980-1992 (Natal, 2001, p.92).

Mas, a partir de 1994, verifica-se uma inflexão neste quadro. Já em 1996, a participação do Rio na composição do PIB nacional volta a crescer, atingindo o índice de 12,2%. É fato, entretanto, que esse crescimento, por um lado, indica um maior dinamismo, mas, por outro, também exige precauções em sua análise, uma vez que tal dinamismo tem sido

conseqüência de uma reestruturação setorial, cujas características principais são o aumento da participação dos serviços em detrimento da indústria extrativa e de transformação, bem como uma reestruturação no interior deste último, caracterizada pela perda progressiva de importância de setores tradicionais de baixa produtividade como o têxtil e o aumento do peso

de setores como extração de petróleo e gás natural, química e produtos farmacêuticos, mais modernos e dinâmicos (Gurvitz, 1999, p.3).

Esta observação é importante para não nos deixarmos influenciar pela positividade dos números, na forma de *indicadores*, de modo que não determinem os rumos de nossas análises, uma vez que, ao predominar o crescimento das atividades de serviços, pode estar ocorrendo o aprofundamento da informalidade na organização do trabalho. Além disso, recorrendo à fala de Ana Clara Ribeiro, sabemos que

... a relativa melhoria de alguns indicadores econômicos e sociais não se reflete em abertura consistente de oportunidades para a integração social plena, mas sim, no lastreamento de inserções instáveis e transitórias que correspondem à desestabilização do mundo do trabalho como espaço social de elaboração (e regulação) das relações societárias. (Ribeiro, 2000, p.36).

Mesmo assim, os dados aqui analisados apontam tendência que não podemos desconsiderar. Elas indiciam o aumento da participação do Estado do Rio de Janeiro no total de investimentos produtivos e de infra-estrutura no país. Estudo realizados por Natal (2000 p.95-96), para o triênio 1997-1999, nos mostram que os investimentos industriais (US\$ 4,7 bilhões), em construção civil (US\$ 5,3 bilhões) e em infra-estrutura (US\$ 13,73 bilhões) representam *mais do que um terço do total dos investimentos diretos efetuados no ano próximo passado no conjunto do país* (Natal, 2000, p.96).

Esses investimentos e o relativo aumento da produção física no estado, em certa medida, contribuem para conter/minimizar as diferenças regionais, marcadas, entre outras coisas, pelo alto grau de centralidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴ e pelos diversos problemas de infra-estrutura econômica e social, comuns a todas as suas oito *Regiões de Governo*, como a escassez de empregos e a precariedade dos serviços públicos. É claro, é um processo que não deixa de levar em conta a estrutura já consolidada no estado. Para se ter um idéia, aproveitando ainda os estudos de Natal, dos investimentos mencionados linhas acima, 46% do total foram aplicados na Região Metropolitana, em particular, nos municípios da Baixada Fluminense e no município sede, o Rio de Janeiro (Natal, 2000, p.98). Outra parte considerável foi aplicada na Região do Médio Paraíba, especialmente na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, o que já denota um deslocamento do eixo de investimento no estado, ainda que as demais regiões tenham recebido muito pouco destes recursos.

É importante lembrarmos, desde já, que o grau de centralidade da RMRJ e, em especial, da cidade do Rio de Janeiro, é uma característica do processo histórico da formação econômica e social no estado e, conseqüentemente, de uma grande dominação sobre o território estadual. A atual cidade

⁴ É importante notar que o Estado do Rio de Janeiro apresenta um altíssimo índice de concentração populacional e de atividades econômica em sua Região Metropolitana, absorvendo, em 2000, 75,7 % da população e, em 1998, 82% do PIB do Estado, sendo que só o Município do Rio de Janeiro, concentra 61,3 % deste último indicador.

do Rio de Janeiro, ex-sede da colônia, ex-Distrito Federal e ex-estado da Guanabara, tem sua história marcada pela capacidade de drenar os recursos de sua hinterlândia, principalmente por ter tido também um papel de centro portuário e uma industrialização estruturada sobre os imperativos da função administrativa que a cidade exercia. Isto, em parte, esvaziava as potencialidades econômicas do interior do estado, configurando, aos poucos, a formação e o adensamento do entorno metropolitano.

Na atualidade, a recuperação econômica desta parte da RMRJ parece-nos que se desenvolve nos marcos de um novo processo produtivo, no qual cada lugar possui características específicas e que envolvem estratégias locais para promoverem seu desenvolvimento.

A partir destas considerações iniciais sobre a formação histórica do espaço metropolitano, passaremos, agora, a apresentar algumas considerações sobre a região.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi institucionalizada como região em 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. É formada inicialmente, com 14 municípios – Rio de Janeiro; Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Paracambi, Itaguaí e Mangaratiba (a oeste da Baía de Guanabara); Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Maricá (a leste da Baía); e Petrópolis. Em 1990, o Município de Petrópolis é desagregado da região e, ao longo da década, devido a inúmeros desmembramentos, passam a compô-la os novos municípios de Belford Roxo, Engº Paulo de Frontin, Japeri, Queimado, Mesquita e Seropédica (a oeste da Baía); e Guapimirim e Tanguá (a leste), totalizando, atualmente, 21 municípios.

A economia desta região, com os processos de reestruturação em curso, se reorganiza a partir de dois vetores principais de crescimento:

- o de investimentos em atividades mais dependentes de recursos humanos, pesquisas e equipamentos tecnológicos de última geração, como os setores industriais químicos e farmacêuticos - principalmente para a implantação do Pólo Gás-Químico, ligado ao setor petroquímico, das empresas químicas ligadas ao pólo Rio Polímeros e da ampliação da refinaria da Duque de Caxias da Petrobrás no município de Caxias;
- e, no núcleo metropolitano, o das atividades de turismo, eventos e congressos científicos, cultura, pesquisa e tecnologia informacional, observada nas duas principais cidades da região - Rio de Janeiro e Niterói.

Isso evidencia a tendência a uma maior especialização do núcleo metropolitano, baseada, principalmente, nos inúmeros centros de pesquisas e na infra-estrutura turística existentes, bem como em investimentos na recuperação das indústrias na periferia do centro metropolitano.

Esta tendência, e os caminhos adotados para sua efetivação, não só exige uma redefinição dos investimentos mas, também, a superação da desorganização institucional, que predomina nesta região desde sua constituição, em 1974, como comentaremos a seguir. Ela também promove uma maior segregação espacial, limitando as condições de habitabilidade da população mais pobre no núcleo metropolitano e, conseqüentemente, deslocando esses segmentos populacionais para sua periferia, promovendo um intenso crescimento demográfico para além da área conurbada da região, como observaremos através da análise das taxas de crescimento anual da população dos municípios da região, onde se destacam os altos índices nos municípios mais periféricos. A mesma tendência indica, ainda, algumas mudanças na composição e organização das atividades econômicas e, sobretudo, no privilegiamento de investimentos que reestruturem a organização urbano-industrial nesta região.

O primeiro aspecto mencionado refere-se ao fato de que um traço da organização metropolitana no Rio de Janeiro é sua desorganização institucional. A Lei Federal Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, ao mesmo tempo em que institui formalmente a região, unifica, também, os antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, gerando conflitos adicionais ao próprio projeto, uma vez que acaba por estimular disputas locais e de interesses específicos das elites dirigentes contrárias ao processo de fusão. Tais conflitos foram parcialmente contidos pelo fato de que coube à Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), órgão gestor das políticas e planejamento da região, o controle e o papel de principal repassador dos recursos federais para os municípios. Mesmo assim, isso não impediu que mais de 50% dos fundos sob a sua responsabilidade fossem destinados à área de transportes, em projetos coordenados pelo governo do novo estado, e que, do total dos recursos do fundo, 73,3% fossem aplicados no município do Rio de Janeiro (Fontes e Araújo, 1995, p.397).

Inicialmente, a FUNDREM atuava como assessoria técnica às prefeituras, principalmente, na elaboração de planos diretores e na tentativa de gestão dos serviços de interesses comuns, em particular, a coleta e destinação do lixo. Mas sua importância como órgão de planejamento foi sendo esvaziada, por interesses corporativos dos sucessivos governos estaduais e principalmente, pela desativação dos fundos federais de desenvolvimento urbano, no início dos anos 80, até sua extinção total em 1983. Sem recursos para estimular as demandas que a mantivessem com visibilidade, a FUNDREM foi extinta em 1989. Evidentemente, essa breve existência demonstra que *o fato metropolitano deixou de ser percebido como uma realidade substantiva a exigir políticas adequadas aos seus elementos sócio-econômicos concretos* (Fontes e Araújo, 1995, p.398). Tal fato evidencia o completo despreparo institucional para perceber a região metropolitana como território portador de estrutura, conexões e dinâmicas próprias que exigem, para dar conta de toda a sua potencialidade, políticas claras de gestão compartilhada e não o privilegiamento de políticas “autônomas” municipais, uma vez que trata-se de um espaço complexo.

Consequência direta deste quadro, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro se torna uma região sem um projeto político metropolitano, marcada, como nos mostra Fany Davidovich, por um

isolamento secular da cidade do Rio de Janeiro em relação a sua hinterlândia imediata, que responde pela falta de laços de solidariedade, de coesão territorial e de um pertencer coletivo que ainda se faz presente no Estado do Rio de Janeiro (Davidovich, 2001:327).

Tal fato, marco do processo histórico de sua formação, impede que se unifiquem as políticas públicas e os investimentos, já que sua gestão é pautada por políticas estaduais e municipais fragmentadas, o que dificulta a formulação de um projeto unificado de investimentos capaz de enfrentar os inúmeros problemas da infra-estrutura social existente e potencializar a infra-estrutura física e econômica presente na região⁵. Isto se manifesta, em primeiro lugar, pelo distanciamento entre órgãos gestores de políticas públicas e de planejamento do governo do estado e dos governos municipais e entre os órgãos do município núcleo e dos demais da região. Em segundo lugar, tal quadro induz à formação de articulações intermunicipais, tanto na área da baixada fluminense, a oeste da Baía, quanto na área polarizada pela antiga capital do Estado do Rio, Niterói, a leste da Baía da Guanabara, isolando o Município do Rio de Janeiro, núcleo metropolitano, destas articulações.

Com base, principalmente, na ausência de políticas públicas coordenadas para atender ao conjunto dos municípios da região metropolitana, nasce o segundo aspecto mencionado acima: as organizações inter-municipais, criadas como instrumento de pressão aos governos estadual e federal, mas, também, para demarcar um campo de disputas em relação ao governo do núcleo metropolitano.

Os dois aspectos mencionados, tanto a desorganização institucional quanto as articulações municipais que se rivalizam em defesa de interesses locais, impõem limites à plena organização da estrutura metropolitana, necessária nesta conjuntura de mudanças e reorganização econômica. Afinal, a fragmentação institucional e política dificulta a afirmação do espaço metropolitano como espaço capaz de reorganizar-se tendo em conta os interesses sociais, e não os do capital, que vê o espaço metropolitano como instrumental à sua reprodução. Para os agentes econômicos, importam mais os investimentos que, direta ou indiretamente, estejam associados à melhoria da infra-estrutura produtiva. Estes buscam influenciar as decisões públicas para valorizarem seus negócios.

Resultado imediato disto é uma maior periferização do espaço metropolitano, concentrando as atividades produtivas no entorno imediato e direcionando a população para o entorno mais distante. As taxas geométricas de crescimento anual da população mostram este movimento de maior periferização

⁵ Uma característica marcante, na organização da estrutura administrativa do governo do Estado, é a manutenção de duas estruturas organizacionais: de um lado as secretarias tradicionais, responsáveis ordinariamente pela gestão dos serviços públicos e, por outro lado, a estruturação de órgãos ou secretarias especiais, encarregados de gerir os projetos e programas preferenciais do governo do Estado, promovendo um imenso paralelismo administrativo.

na RMRJ. Nos últimos cinco anos, de 1991 e 1996⁶, os municípios fora do núcleo metropolitano, aqui considerados os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, apresentam taxas de crescimento bastante altas, bem acima das médias do Estado, região metropolitana como um todo e municípios do núcleo. A tabela 3 nos mostra a evolução de crescimento destas taxas na décadas de 80 e 90.

Tabela 3

Taxa geométrica de crescimento anual da população residente, no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e municípios – 1980 a 2000			
Municípios	1980/1991	1991/1996	2000/1996
Estado	1,15	0,92	1,75
Região Metropolitana	1,03	0,76	1,30
Belford Roxo	2,25	2,05	2,05
Duque de Caxias	1,36	1,38	1,90
Eng Paulo de Frontin			-0,77
Guapimirim	1,73	3,1	3,80
Itaboraí	3,48	2,77	3,79
Itaguaí	1,92	2,75	3,97
Japeri	1,41	2,16	3,39
Magé	1,21	2,26	2,95
Mangaratiba	2,38	2,11	5,72
Maricá	3,29	5,31	6,16
Nilópolis	0,38	-0,36	-0,27
Niterói	0,86	0,64	0,45
Nova Iguaçu	1,42	1,35	2,60
Paracambi	1,68	1,6	0,61
Queimados	0,43	1,89	2,90
Rio de Janeiro	0,67	0,26	1,32
São Gonçalo	2,18	1,34	1,65
São João de Meriti	0,6	0,4	0,87
Seropédica	2,27	1,2	4,30
Tanguá	1,94	1,15	2,72

Fonte: CIDE. População do Rio de Janeiro - 1872-1996. IBGE, 2000.

Observando as taxas geométricas de crescimento anual para o quinquênio 1996-2000, vemos que os municípios do núcleo e suas adjacências apresentam taxas bem próximas ou abaixo às da RMRJ. Os municípios da baixada fluminense, mais polarizados pela cidade do Rio de Janeiro, apresentam taxas que variam de - 0,77% a.a., em Eng. Paulo de Frontin, a uma taxa positiva de 2,60% a.a., em Nova Iguaçu. Na área leste da Baía de Guanabara, o Município de Niterói apresenta uma taxa anual de crescimento de apenas 0,45% a.a. e São Gonçalo de 1,65% a.a. Todavia, ao analisarmos as taxas referentes aos municípios que compõem a periferia metropolitana mais distante do núcleo,

⁶ O taxa de crescimento anual do município do Rio de Janeiro, de 1,32%, precisa ser analisada com cautela, uma vez que reverte uma tendência de queda, apresentada na década de 80, 0,67% a.a., e, no primeiro quinquênio da década de 90, de 0,26% a.a. Tal fato pode estar relacionado ao aprimoramento técnico por parte da coleta, uma vez que a apuração se realizou em tempo real, permitindo a correção das informações, principalmente nas coletas realizadas em áreas de ocupação popular (favelas). Esse índice também influenciou bastante as taxas de crescimento anual para o conjunto da região metropolitana.

verificamos que as taxas saltam para índices bem acima do observado para a RMRJ, variando de 2,72% a.a., em Tanguá, a 3,97% a.a., em Itaguaí, município onde se localiza o Porto de Sepetiba. A análise das taxas de crescimento nos municípios de Mangaratiba, 5,72% a.a., a oeste da Baía da Guanabara, e Maricá, 6,16% a.a., a leste, também são atípicas, mas o são por motivos distintos do que ocorre nos municípios mais periféricos ao núcleo. Trata-se de municípios litorâneos onde se intensificam os loteamentos e condomínios de classe média, que transformam a segunda residência em local de residência permanente. Portanto, é um processo mais relacionado a saída do núcleo por opção e não determinada pela precarização das relações de trabalho e pressão do mercado imobiliário, como ocorre para a maioria da população trabalhadora.

Esse quadro, portanto, reforça a tese do processo de periferização da metrópole, caracterizada pela maior dispersão populacional para as áreas mais distantes do núcleo, em particular para o municípios onde proliferam loteamentos para população de baixa renda. O contraponto disto é o privilegiamento do núcleo para os segmentos de maiores rendas, uma vez que o mercado de trabalho formal cada vez mais se torna um mercado especializado, permitindo, a este segmento populacional, fazer frente aos custos do setor imobiliário e de serviços nas áreas mais adensadas.

Todavia, os investimentos produtivos e em infra-estrutura continuam dirigidos aos municípios do núcleo e sua periferia imediata, mas, agora, não mais visando a produção industrial, que caracterizou o processo de sua formação desde meados do século XIX, com o desenvolvimento da indústria têxtil, naval, metalúrgica etc. e de serviços, como sede de grandes instituições públicas nacionais, como o Banco do Brasil, BNDES etc. Privilegia-se, neste processo atual, potencializar os recursos técnicos e de pesquisas realizadas pelas muitas instituições de pesquisas existentes no núcleo metropolitano⁷, que voltam sua atenção aos setores industriais que utilizam alta tecnologia, como os setores químico, telecomunicações e outros. Por outro lado, intensificam-se os investimentos na circulação e edificações voltadas a consolidar a metrópole como centro turístico, de comunicação e serviços, atingindo toda a base de empregos antes existentes no núcleo.

Exemplos deste segundo tipo de investimento estão na formação do complexo de cinema e vídeo de Jacarepaguá, do projeto de construção do teleporto - um centro de transmissão de dados e comunicação formado em parceria com a Embratel - na área central do município do Rio, do Parque Tecnológico do Rio de Janeiro e do Parque Tecnológico de Xerém, em Duque de Caxias, projetos que associam vários institutos de pesquisas tecnológicas e, mais recentemente, na revitalização da área portuária com vistas a abrigar um complexo de cultura e lazer.

⁷ Sobre as instituições de pesquisas e de aprimoramento tecnológico no Estado do Rio de Janeiro, ver o importante levantamento realizado por Hermes Tavares (2000).

Com os investimentos feitos, a cidade do Rio de Janeiro tende a se consolidar como um importante centro empresarial de informática, que já reúne importantes empresas de *software*, além de ter reorganizada a infra-estrutura de turismo. Esse modelo privilegia a capacitação das duas cidades núcleos como centros de serviços, diminuindo nelas as atividades fabris, ampliando, conseqüentemente, o desemprego e a exclusão social.

Isto acentua ainda mais os problemas gerados pela diminuição da participação da estrutura produtiva na oferta de empregos na região que, conforme Piquet (2000, p.129), com base nas informações da RAIS/MTE para o mercado formal de trabalho, já havia perdido, entre 1987 e 1996, 184.365 postos de trabalho nos setores de extração mineral e indústria de transformação. Essas perdas, inegavelmente, devem-se, sobretudo, às mudanças na estrutura produtiva de todos os setores de atividades, mas, também, evidenciam o privilegiamento nas atividades de serviços, que são as atividades que logram algum crescimento em termos de empresas e empregos. Os dados mostrados na Tabela 4 evidenciam esse quadro de desemprego no mercado formal e de redução do número de empresas industriais na região, bem como o maior dinamismo dos setores de serviços.

Tabela 4

Estabelecimentos e pessoal ocupado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por setores de atividades econômicas, segundo a CNAE/95 – 1995 – 1999.						
Setores	1995		1997		1999	
	Estabel.	P.ocupado	Estabel.	P.ocupado	Estabel.	P.ocupado
Extrativa mineral	254	4.387	243	4.451	236	4.112
Ind. Minerais não metálicos	594	12.901	651	11.411	616	9.843
Indústria metalúrgica	1.304	24.472	1.346	23.066	1.254	18.316
Indústria mecânica	402	13.664	368	11.425	380	9.539
Ind. mat. elétrico/ comunic.	317	9.666	310	9.390	259	6.973
Indústria de mat. transporte	391	16.077	340	7.965	292	6.239
Ind. de madeira/mobiliário	754	8.501	750	7.921	667	6.530
Ind. papel/editorial/gráfica	1.341	32.885	1.438	30.397	1.412	26.080
Ind. borracha/fumo/couros	897	16.010	872	15.587	807	14.385
Ind. química/farmacêuticos	1.299	54.035	1.353	48.410	1.260	44.637
Ind. têxtil do vestuário	2.238	44.110	2.014	35.205	1.786	33.323
Indústria de calçados	127	2.122	93	1.252	66	951
Ind. alimentícios, bebidas	1.790	50.499	1.757	43.847	1.601	40.530
Sub-total Indústrias	11.708	289.329	11.535	250.327	10.636	221.458
Serviços ind util. pública	214	46.891	198	38.221	183	34.993
Construção civil	3.860	95.108	4.065	93.537	4.352	76.797
Comércio varejista	41.442	289.670	45.024	309.729	45.065	302.644
Comércio atacadista	5.992	59.251	6.228	62.519	5.945	57.255
Instituições crédito, seguros	2.707	84.235	2.986	71.186	2.876	64.998
Com.administração imóveis..	28.180	233.358	31.742	256.066	33.311	278.793
Transportes e comunicações	3.735	193.298	3.854	180.075	3.939	174.984
Serv.alojamento/alimentação,	17.888	244.695	21.088	255.301	21.159	256.264
Ser. médicos, odontológicos ...	7.632	86.103	9.549	91.731	10.470	96.222

Ensino	2.882	105.540	3.611	104.384	3.900	103.466
Adm. públ.direta/ autárquica	507	462.132	498	457.260	476	437.264
Agricultura, criação animais..	766	11.863	807	6.443	737	5.041
Outros / ignorado	5.885	33.259	1.033	2.727	99	429
Sub-total demais setores	121.690	1.945.403	130.683	1.929.179	132.512	1.889.150
Total	133.398	2.234.732	142.218	2.179.506	143.148	2.110.608

Fonte: RAIS/MTE, 1995, 1997 e 1999.

Uma primeira constatação da evolução dos números absolutos de empresas e emprego, no setor industrial da RMRJ, é que diminuiu significativamente o ritmo de fechamento de empresas, uma vez que, em 1990, a região possuía 15.453 estabelecimentos e 469.212 postos de trabalho (Piquet, 2000, p.127), o que significou, comparando com as informações de 1995, uma redução de 3.745 empresas e 179.883 postos de trabalho no setor de extração mineral e indústria de transformação. Neste primeiro quinquênio, a redução do número de estabelecimentos foi da ordem de 23,5%, e a redução no número de postos de trabalho foi de 42,5%. A partir de 1995, observamos uma redução significativa deste decréscimo. Entre 1995 e 1999, o número de estabelecimentos do setor industrial sofreu uma redução de 9,1% e o de postos de trabalho de 23,4%. Tais índices, se comparados à tendência do primeiro quinquênio, pode ter uma significação importante para a economia da região, uma vez que pelo menos o ritmo do declínio no setor diminuiu e até mesmo apresentou um pequeno aumento no número de estabelecimentos das indústrias de minerais não metálicos, aumentando de 594, em 1995, para 616, em 1999, embora com perdas em termos de postos de trabalho. O mesmo acontecendo para o setor de papel, editorial e gráfico, que apresentou um crescimento de 5,3% de novos estabelecimentos.

Notamos, ainda, no setor industrial, que são as indústrias químicas e alimentícias/bebidas as que mais empregam na região. Porém, mesmo tendo havido pouca redução no número de estabelecimentos, estas promoveram uma grande dispensa de funcionários, reduzindo seus postos de trabalho em 17,4% e 19,7%, respectivamente, no período analisado.

Já para o conjunto das demais atividades econômicas na RMRJ, observamos um acréscimo importante no número de estabelecimentos, apresentando um aumento de 8,9%, embora tenha também ocorrido uma pequena diminuição no número dos postos de trabalho, da ordem de 2,9%. Os principais setores que contribuíram nesta recuperação, apresentando aumento tanto de estabelecimentos quanto de postos de trabalho, foram os setores de comércio varejista, com índices de 12,7% e 4,5%, respectivamente; o de comércio e administração de imóveis, com 18,2% e 19,5%; o de serviços de alojamento e alimentação, com 18,3% e 4,7%; e, o de serviços médicos, com 37,2% e 11,7%, respectivamente.

Outros setores apresentaram um crescimento apenas no número de estabelecimentos, mas índices negativos em termos de postos de trabalho. Destacam-se neste caso os setores de construção civil, com mais 12,7% de estabelecimentos, mas menos 25,4% de trabalhadores formais; o de instituições de créditos e seguros, com mais 6,5% de empresas e menos 22,8% de trabalhadores; o de transportes e comunicações, com mais 5,5% de empresas e menos 9,47% trabalhadores; e, por fim, o de ensino privado, com 35,3% de novos estabelecimentos, mas com menos 2,0% de profissionais registrados⁸.

Com essas mudanças na estrutura produtiva formal, um fator importante se destaca na leitura desta tabela. O setor industrial, em 1995, aparecia em terceiro lugar entre os setores que mais empregavam, ficando atrás apenas da administração pública e comércio. Em 1999, passa à quinta colocação, ficando atrás da administração pública, comércio varejista, comércio e administração de imóveis e serviços de alojamento e alimentação. Isto evidencia a inflexão na estrutura econômica da região, pautada, ao que tudo indica, numa nova ordem de prioridades dos investimentos, como mencionamos linhas acima.

Nesta Perspectiva, desenvolvem-se programas e projetos de reestruturação urbana e industrial para reordenar as atividades na periferia metropolitana. Projetos como o de despoluição da Baía de Guanabara, revitalização do Porto de Sepetiba, construção de vias expressas interligando os municípios - Linha Vermelha, Via Light, Niterói-Manilha - são indicativos de uma maior articulação para a recuperação econômica da região e do Estado.

Merece destaque o projeto de construção do anel viário, cortando a Baixada Fluminense, formando um importante eixo industrial, uma vez que ligará o Porto de Sepetiba adequadamente à Via Dutra (BR.116) e à Estrada Rio-Juiz de Fora (BR.040), na altura de Caxias, já que, atualmente, o Porto só acessado pela BR.101 e pela RJ.155, que está em péssimo estado de conservação. Esta via, além de potencializar o uso do Porto de Sepetiba, no município de Itaguaí, e agilizar a comunicação rodoviária com os estados de São Paulo e Minas Gerais, também promoverá a interligação da RMRJ à região serrana, pois se ligará à BR.116, que corta a região, e propiciará o acesso mais ágil à Região de Governo do Médio Paraíba ao Porto.

Tais projetos, associados às intervenções locais a partir de “planos estratégicos de desenvolvimento econômico local”, fazem surgir novos “distritos industriais”, em municípios como Queimados, ou “parques industriais”, que revitalizam antigas indústrias, como a pesqueira, de vidros e química, no município de São Gonçalo.

⁸ Os dados para o setor de ensino referem-se ao setor privado. A diminuição de empregos no setor, mesmo quando cresce o número de estabelecimentos, pode estar relacionada à contratação de professores ainda não formados, portanto sem registro na escola.

Ao lado da implantação dos grandes projetos mencionados, destacam-se vários estudos e planos realizados visando o desenvolvimento econômico e reorganização do espaço da produção industrial na Região Metropolitana. Desta forma, podemos concluir dizendo que, todos estes estudos e projetos de desenvolvimento, acreditamos, é parte de uma estratégia de legitimação das decisões, em particular, pela necessidade de busca de um acordo social mínimo para a implementação de políticas que reforcem as tendências já delineadas, com o compromisso de parcerias e co-responsabilidade social. De qualquer forma, os novos fóruns e conselhos, que surgem em quantidade em diversas políticas setoriais, podem se tornar uma nova forma de presença da sociedade na discussão das políticas públicas urbanas, apontando perspectivas que precisam ser investigadas em suas potencialidades e contradições.

Bibliografia

Benko, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do Século XXI*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996a.

_____. “Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX”. In: Santos, Milton et alli (Org.) *Território - globalização e fragmentação*. São Paulo, Ed. Hucitec / ANPUR, 1996b.

Coelho, Franklin D. “Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local”. In: Coelho, Franklin Dias (Org). *Desenvolvimento econômico local: temas e abordagens*. Rio de Janeiro, IBAM / SERE/FES, 1996.

Davidovich, Fany. O entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, hipóteses e considerações. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR: *Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001, p. 326-335.

Fontes, A. e Araujo, V. “Gestão metropolitana, fragmentação política e processo de sub-regionalização: as tendências político-institucionais na questão metropolitana do Estado do Rio de Janeiro” In: Farret, R.L. (org) *Modernização, exclusão e a espacialidade do futuro*. Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR. Brasília, ANPUR, 1995, p.394-406.

Gurvitz, Henrique. “Cenários e perspectivas de evolução da economia fluminense”. In: *Boletim de economia fluminense*. Rio de Janeiro: CIDE/SEPDET/UFF, Ano I, nº 1, dez/1999.

Lefebvre, Henri. “*Forma, função, estrutura do Capital*” In. L'idéologie structuraliste. Paris, Éditions Anthropos, 1971.

_____. *El Derecho a la Ciudad*. Barcelona (Espanha), Ediciones Península, quarta edición, 1978.

_____. *Espacio y Política (El Derecho a la Ciudad II)*. Barcelona (Espanha), Ediciones península, 1ª edición, 1976.

_____. *La presencia y la ausencia – Contribución a la teoría de las representaciones*. México, Ed. Fondo de Cultura Económica, (1980) 1983.

Lencioni, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo: a indústria têxtil*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH / USP. São Paulo, 1991.

_____. “Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada”. In: *Revista Espaço & Debates - nova dimensão regional* - nº 38, p.54-61. São Paulo, NERU, 1994.

Natal, J. L. “Novas institucionalidades na infra-estrutura de transportes e ‘redesenho’ espacial.” In: Piquet, Rosélia (org.) *Rio de Janeiro: perfil de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000, p. 85-118.

Oliveira, Francisco. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

Piquet, Rosélia. “O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos”. In: Piquet, Rosélia (org.) *Rio de Janeiro: perfil de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000, p.119-144

Ribeiro, Ana C. T. “Relação Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo”. In: *Cadernos IPPUR*, Vol. XII, nº 2, ago/dez de 1998, Rio de Janeiro, P.107 – 125.

_____. “A cidade do Rio de Janeiro: lembrando a “A jangada de pedra”, de Saramago” In: Piquet, Rosélia (org.) *Rio de Janeiro: perfil de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000, p.11-52

Santos, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. “O retorno do território” In: SANTOS, Milton et alii (Org) *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Ed. Hucitec / ANPUR, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Santos, Milton e Silveira, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Tavares, H.M. “Ciência, tecnologia e inovação na metrópole do Rio de Janeiro” In: Piquet, Rosélia (org.) *Rio de Janeiro: perfil de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000, p.53-84

Publicações Institucionais

IBGE. Censo Demográfico, 2000.

IBGE. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 1996, 1997 e 1998 / IBGE, Diretoria de Pesquisa, Divisão de Cadastro e Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

CIDE. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Governo do Estado/SEPDET, 1998.

MTE. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 1995, DES / CGETIP. Brasília: Datamec, 1998.

MTE. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 1996, 1997, 1998 e 1999 DES / CGETIP. Brasília: Datamec, 2000.

Periódicos

Boletim de economia fluminense. Rio de Janeiro: CIDE/SEPDET/UFF, Ano I, nº 1, dez/1999.

Boletim de economia fluminense. Rio de Janeiro: CIDE/SEPDET/UFF, Ano I, nº 3, 4 e 5 jun/2000.